

**Entrevista:**

**DEVIR CIGANA:**

**TRADIÇÃO, RUPTURAS, ATIVISMO E EMPODERAMENTO**

Bárbara Jardim<sup>1</sup>

Inicialmente gostaria de agradecer a solicitude das duas entrevistadas em contribuir para este trabalho, além da generosidade do tempo ofertado para me receber. Especialmente a *cigana calin*<sup>2</sup> Leda Oliveira Cruz: em conversa por um aplicativo de celular, sabendo que eu dispunha de até determinado prazo para elaboração deste trabalho, informou-me que em três dias viajaria de Dias d' Ávila a Salvador para uma cirurgia no HGE (Hospital Geral do Estado), e sugeriu que eu fosse encontrá-la lá. Eu só não imaginava que ela precisaria ficar internada e estava disposta a me receber mesmo assim. Achei um gesto muito potente de uma mulher que, apesar do contexto hospitalar, que em alguma medida a colocava em uma situação de vulnerabilidade, não hesitou em me receber em horário de visita para falar um pouco da sua história e do seu povo.



Leda Cruz



Cassi Ladi Reis Coutinho



Barbara Jardim

<sup>1</sup> Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Campus São Lázaro, BA. E-mail: jardim.barbara@hotmail.com

<sup>2</sup> Feminino de *Calon*, sub-etnia dos *ciganos*, sendo a mais numerosa no Brasil. A Bahia é o segundo estado em território nacional com a maior concentração de acampamentos dos Calons. Em primeiro lugar está Minas Gerais.

Enquanto fotógrafa, tendo a fotografia como ferramenta de trabalho desde os tempos de estágios ao longo da graduação em Comunicação Social/Jornalismo, ao realizar entrevistas que seriam depois transcritas, fazia parte da “liturgia jornalística” fotografar as(os) entrevistadas(os). Todavia, nessa entrevista, experimentei uma certa frustração inicialmente, pois não cogitei levar a câmera para fotografá-la naquele contexto. Horas depois da entrevista, enviei uma mensagem para Leda pedindo gentilmente uma foto de sua escolha para colocar na entrevista. Mais uma vez fui surpreendida pela sua assertividade. A foto enviada por ela foi feita naquele momento no leito do hospital. Gesto esse que, para mim, contraria não só as expectativas sociais que ditam uma performance pré-estabelecida de feminilidade das mulheres, como também as representações das mulheres *ciganas* presentes no imaginário social, costumeiramente representadas adornadas, com as suas indumentárias tradicionais e sempre muito vaidosas.

Entrevistei a pesquisadora dos povos *ciganos* no Brasil, Cassi Ladi Reis Coutinho e Leda Oliveira Cruz, *cigana* da etnia Calon, cuja comunidade está sedentarizada desde 1996 na cidade de Camaçari, Bahia. A motivação para as entrevistas se deu a partir de dois encontros que discutiram sobre as comunidades *ciganas* no mês de maio de 2019, em Salvador<sup>3</sup>. Nesses encontros pude conhecer as duas entrevistadas contando um pouco de suas histórias para um público curioso sobre a temática “ciganos”. De imediato me interessei pela história da Leda, que destoava da maior parte das histórias das mulheres da etnia Calon no Brasil, conforme nos contam pesquisas quantitativas e qualitativas em variados campos do conhecimento sobre os povos *ciganos*: evasão escolar multifatorial, a preparação para os casamentos endogâmicos após a menarca (FERRARI, 2010; CAMPOS, 2020) e a reprodução dos papéis de gênero por uma lógica binária *masculino/feminino*, que, nos termos de Judith Butler (2017) aparece como *matriz heterosexual*. Guardadas as particularidades das condições e posições desses sujeitos, as mulheres *ciganas* estão como ocupantes da esfera privada/doméstica, cuidando dos filhos e afazeres domésticos, ao passo que os homens *ciganos*, de um modo geral, ocupam a esfera pública, comercializando mercadorias para prover a família.

De formação sabidamente patriarcal, os modos de organização familiar dos povos *ciganos* suscitam debates, por vezes acalorados. Observamos especialmente aqui os feminismos hegemônicos: com uma análise crítica que universaliza a categoria mulher e o conceito de opressão, com base nas experiências da mulher branca, ocidental, é de suma importância a ponderação desses debates para não cair num lugar de “salvacionismo”, com a pretensa posição de uma *tutela ocidental* (SAID, 1978) de mulheres que partem de outros lugares sociais e culturais. Questionar as socialidades *ciganas*, ou seja, os diversos modos de organização desses grupos, com base em uma epistemologia ocidental, ignorando outros marcadores sociais da diferença que atravessam de modo entrelaçado as experiências das *ciganas* além de gênero (raça, etnia, classe, etc.) sinaliza de forma explícita essas mulheres como *as outras*. O que deve ser proposto, de fato, é o reconhecimento da legitimidade da voz das próprias mulheres *ciganas* ao relatar suas experiências.

Ao mesmo tempo, também levanta discussões sobre a resistência desses povos ao longo da história diante de tantos preconceitos e perseguições e, entre as várias formas que estes têm de resistir, a luta pela preservação das suas tradições como forma de garantir a continuidade de seu povo, através dos casamentos endogâmicos, visando a procriação.

Nesse sentido, um dos nortes possíveis de reflexão que as duas entrevistas suscitam é: sendo o patriarcado uma criação histórica processual que durou cerca de dois mil e quinhentos anos para sua formação, tendo a sua base de origem na organização da unidade familiar com o estabelecimento de papéis de gênero definidos e estabelecidos entre homens e mulheres (ENGELS, 1884; LERNER, 1990), cabe refletirmos sobre processos de resistência e integração, posto que o primeiro contato das *ciganas* e *ciganos* com o Ocidente data do início do século XV, coincidindo com o período do

---

<sup>3</sup> O primeiro encontro aconteceu no dia 17 de maio de 2019 no auditório da Faculdade de Arquitetura da UFBA. O segundo encontro aconteceu no dia 24 de maio de 2019, em comemoração ao Dia Nacional do *Cigano*, no Centro de Culturas Populares e Identitárias no Pelourinho – Salvador – Bahia.

processo de civilização do Ocidente e formação do pensamento ocidental (FERRARI, 2002). Desse modo, pontua Ferrari, os povos *ciganos* participaram das mesmas transformações.

As entrevistas possibilitam também pensarmos a temática do *poder e empoderamento* em contexto feminista, como um processo espiralado, prático, que visa transformar as condições de opressão e subordinação das mulheres nas sociedades patriarcais para a emancipação não só destas, mas também de grupos e coletivos. Desse modo, as falas das entrevistadas, sobretudo as da calin Leda Oliveira Cruz, nos dão pistas para analisarmos as quatro dimensões do poder na epistemologia feminista: o *poder sobre*, o *poder para*, o *poder com* e o *poder de dentro* (LUKES, 1974; LEON, 1997). Todavia, reitero a importância da voz de outras ativistas *ciganas* como Alexandra Oprea: com atenção crítica, Oprea observa nos feminismos hegemônicos o que ela chama de “doutrina universal do empoderamento de gênero”, que ignora a existência dessas e de outras mulheres minoritárias.

**Entrevista com Cassi Ladi Reis Coutinho (Doutora em História Social pela UnB e pesquisadora dos povos de etnia cigana no Brasil) em 12 de julho de 2019 – Salvador - Bahia**

CLR: Vou começar falando um pouco da Leda, que é uma pessoa que está super aberta. Se você entrar em contato com ela, será uma pessoa que vai te receber. Só tem que ver essa questão da logística, como você faz para chegar em Dias d'Ávila ou se existe a possibilidade de ela vir a Salvador encontrar com você. Mas é uma pessoa aberta mesmo para conversar, para falar um pouco da história dela, para levar para pessoas o conhecimento da cultura dela e também com essa cultura de quebra, porque a Leda é uma mulher que quebrou com os padrões da cultura cigana. Ela casou com um homem não cigano, ela não vive dentro da comunidade dela em Camaçari, de fato, pois ela vive em Dias d'Ávila, ela estudou, foi para a universidade, então ela é uma das mulheres ciganas que quebram com essa tradição de casar cedo, de casar com um cigano e de viver para os filhos e o marido.

**BJ: Sobre a sua tese: eu tive contato com ela dias atrás e vi que você foi pesquisar os ciganos em Minas Gerais.**

CLR: Eu costumo dizer que eu dei um giro de trezentos e sessenta graus porque na minha monografia e na dissertação de mestrado eu pesquisei a estética do cabelo negro. Eu estudava algo completamente diferente e minhas fontes também eram diferentes, pois eu trabalhava com história oral e na contemporaneidade, num estudo de 1980 a 2005. Então eu dou esse trezentos e sessenta que é estudar ciganos, que para mim era um tema muito novo. Eu vou para arquivos de polícia – que é uma outra dinâmica – e vou para República, de 1907 a 1920. Vou lá atrás e mudo tudo. Não foi um processo muito fácil, mas que eu consegui romper.

Eu fui estudar ciganos porque fui morar em Brasília para trabalhar na Secretaria de Igualdade Racial da Presidência da República. E lá, como novata, as

pessoas terminaram me dando o tema que ninguém queria que foi “ciganos”. Então quando eu peguei esse tema para trabalhar achei que era inadmissível eu trabalhar com uma coisa que eu não conhecia. Então eu comecei a estudar, procurar, ler. Eu li muito o Rodrigo Corrêa Teixeira, pesquisador dos ciganos em Minas Gerais, que depois acabou fazendo parte da minha banca de doutorado. Li muito também o João Dornas Filho. Então eu comecei a entrar nesse universo para conhecer e trabalhar com esse grupo.

Por incrível que pareça, na minha pesquisa, eu não trabalho direcionado para as mulheres ciganas, porque nos documentos elas não aparecem. Inclusive, eu faço uma discussão sobre isso na tese<sup>4</sup>. Pequena, mas faço. Inicialmente eu pretendia estudar os ciganos na Bahia, no período da ditadura militar. Eu queria saber de que maneira eles se locomoviam nesse período, já que existia tanta perseguição e resistência. Só que eu não encontrei nenhum documento sobre esse tema. Terminei encontrando no arquivo público daqui de Salvador um documento que fazia referência à Minas Gerais, a um caso que eu trabalhei muito profundamente na pesquisa, foi o que deu um norte: um caso envolvendo duas famílias ciganas, a Greco e Anovitch. A família Anovitch assassina a família Greco. Quando eu vi que não tinha esse documento aqui, que estava em Minas, eu decido ir pesquisar lá.

De início eu tinha pensado em estudar Minas e o Rio de Janeiro, porque na minha relação de trabalho eu tinha muito contato com os ciganos do Rio de Janeiro. Cheguei a olhar nos arquivos da Biblioteca Nacional de lá. Achei algumas coisas, mas pensei “se eu ficar aqui será muita coisa” e a gente pensa que quatro anos é muito tempo, mas na verdade não dá pra nada. Então eu acabei focando em Minas Gerais e comecei a pesquisar no arquivo público mineiro que foi onde eu comecei a ter contato com documentos que o Rodrigo Corrêa Teixeira já tinha visto, alguns ele chega a citar no livro dele “*História dos Ciganos no Brasil*” e

<sup>4</sup> Tese intitulada “*Os Ciganos nos registros policiais mineiros (1907-1920)*” – Brasília, 2016.

muitos outros documentos. A maioria dos documentos é de relatórios da polícia falando sobre a entrada e a saída de ciganos naquela região e foi onde eu foquei.

Na tese eu falo sobre essa questão das mulheres ciganas porque existe uma enorme invisibilidade dessas mulheres. Nos documentos que eu pesquisei, se não me falha a memória, só existem dois ou três documentos que citam as mulheres. A discussão que eu faço é justamente essa, de que a polícia termina não citando, o que eu não vou chamar de “por esquecer”. A polícia não cita a presença de mulheres, de velhos e de crianças porque sempre dá foco nessa presença de homens armados, que chegam na cidade “para invadir, para roubar”. Então eles terminam ausentando a existência de mulheres e de crianças, porque de certa forma humaniza esse grupo e a ideia não era humanizar, era dar mesmo essa visão de selvagem, de desordem. Tanto que, um dos documentos que eu encontro, fala de “uma mulher que atira”. Então é bem para colocar nessa linha de que “existe essa mulher, mas ela é desordeira tão quanto”.

Eu uso também duas fotos de mulheres ciganas que eu encontro nos livros do João Dornas Filho e Rodrigo Corrêa Teixeira. São fotos de duas mulheres ciganas que foram presas e fichadas na polícia. Na minha tese eu termino trabalhando pouco sobre as mulheres ciganas, mas eu chego a abordar a questão visual dessas duas ciganas. O fato de uma delas estar sem lenço no cabelo e a segunda, apesar de ser uma foto preto e branco, aparentemente parece estar toda de preto. Na cultura cigana, em alguns grupos, o uso do lenço representa que a mulher já é casada e as que não usam ainda são solteiras. Já em outros grupos de ciganos essa representação aparece através das tranças: as que usam são casadas, as que não usam ainda são solteiras. Existem essas diferenças a partir de cada etnia dos ciganos. Eu acabo fazendo uma análise muito rápida, até porque os documentos não me dão essa possibilidade de aprofundar numa discussão sobre as ciganas.

- *Fotos citadas pela pesquisadora:*



Figura 1 – *Ciganas identificadas no Brasil*



Figura 2 – *Ciganas identificadas no Brasil*

Fonte: João Dornas Filho. *Os ciganos em Minas Gerais*, 1949.

Além do mais, o universo cigano é um universo muito machista. Existe muito esse protagonismo do homem e a mulher é sempre aquela que está ali, mas é aquela que sai da escola mais cedo, que não dá continuidade, frequenta só para saber o básico e é a mulher que cuida dos filhos.

O interessante é que no período que eu trabalhei na presidência da república o contato era muito mais com mulheres. Você percebe que as mulheres têm muito mais um ativismo do que os homens, porque o homem cigano é muito prático, ele não gosta muito de participar de muitas reuniões que para ele não vão dar em nada, e se para ele não vão dar em nada, ele não fica perdendo o tempo dele. O tempo do cigano é muito precioso. Eu percebia que as mulheres tinham mais, pode-se dizer, essa disponibilidade em insistir.

Nesse período na presidência a conselheira era uma cigana, a Mirian Stanescon, do Rio. Uma advogada que também rompeu com a tradição, ela se casou com um não cigano, deu prioridade à universidade e se formou em Direito. Ela até terminou se tornando minha amiga, eu cheguei a frequentar a casa dela. Mas com os homens eu também estabeleci uma relação de muito respeito. Eu me mostrava enquanto uma mulher que estava ali no papel de pensar política para eles, de pensarmos juntos. Eles tinham um respeito muito grande por mim, sempre me recebiam muito bem nas comunidades em que eu participei de discussões ou quando tinham discussões em Brasília e nós tínhamos que trazer os grupos, então foi uma relação de muito respeito e uma relação muito boa, tanto que até hoje eu tenho contato com o Zanata Ribeiro Dantas, da comunidade de Porto Seguro. Tem muito tempo que a gente não se fala, mas se eu ligo, ele sabe quem eu sou. Tenho uma relação não só profissional, mas de amizade também com os irmãos Jucelmo Dantas e Gilson Dantas, que são ciganos da comunidade de Camaçari.

**BJ: Além da Leda, você conhece mais algum caso de uma mulher cigana que quis avançar ou pretende avançar na educação formal?**

CLR: Tem a Mirian Stanescon, que foi uma das primeiras a romper com esse processo.

**BJ: Desculpe, eu me referia à Bahia, na comunidade sedentarizada em Camaçari.**

CLR: Que eu tenha conhecimento, não. Só se existem outras e eles não comentam. Como eu trabalhava com os ciganos a nível nacional, o contato maior acontecia com os grupos que estavam ali fazendo a discussão com o governo. Então de certa forma eu posso dizer que às vezes era um contato meio que limitado. Aqui na Bahia, tem o Jucelmo Dantas<sup>5</sup> e o Zanata Dantas<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Jucelmo Dantas é um ativista calon da comunidade de Camaçari, doutor em Agronomia, atualmente faz parte do corpo docente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e também tio da entrevistada Leda Oliveira Cruz.

que representavam os grupos do estado. Já na Paraíba tem um grupo com uma mulher cigana, a Macilânia. A história dela também é de rompimento. Ela se casa com um cigano e cursa Pedagogia. Hoje ela é professora em uma escola e faz essa discussão dos ciganos irem à escola, principalmente as mulheres.

Aqui na Bahia, o grupo que eu tive contato, o de Camaçari, o exemplo da mulher que rompe com esses dois aspectos da tradição é o da Leda. Mas possa ser que em Jacobina também talvez tenha, a Laudicéia é uma pesquisadora de ciganos de lá e talvez tenha algum caso de alguma cigana que se destacou, posso buscar informações com ela.

**BJ: O projeto de mestrado que eu escrevi foi justamente pensando a comunidade de Camaçari, até por uma questão estratégica, por ser próximo a Salvador. E quando você me falou dias antes dessa entrevista que a Leda é da comunidade de Camaçari, mas mora em Dias d'Ávilla pensei então na possibilidade de me aproximar dela. Na pós ainda não tem propriamente docentes pesquisadoras de mulheres de etnia cigana. Acredito que isso seja um reflexo da própria escassez ainda de pesquisas sobre os ciganos até mesmo em campos que, por excelência, têm o potencial de se aprofundar, como é o caso da Antropologia e da História, por exemplo. Então percebo essa lacuna em pesquisas também refletida nas teorias feministas.**

CLR: Eu acho que no Brasil como um todo você tem uma lacuna ainda muito grande da discussão sobre os ciganos e quem estuda o tema ainda é muito discriminado. O meu orientador na época não sabia nada sobre o tema, mas topou. Só que depois a orientação não andava, e isso hoje eu posso dizer com muita tranquilidade. O orientador não vai reconhecer suas limitações com o tema e a culpa sempre recai sobre o orientando. Depois eu tive outro orientador que em seis meses conseguimos fechar tudo. Em sua grande maioria aqueles que começaram a pesquisar, começaram com orientadores que não pesquisavam

---

<sup>6</sup> Zanata Dantas é um ativista calon, primo de Jucelmo Dantas e líder da comunidade cigana de Porto Seguro – Bahia.

ciganos, mas que de certa forma se interessaram pelo tema, porque é um tema novo e que são pouquíssimas pessoas discutindo. Mas dos anos que eu comecei a estudar para cá, eu considero que deu um salto. Claro que não foi muito, mas hoje vejo diferenças da época em que fui pesquisar. Você já vê várias linhas de discussão, mas para você encontrar um orientador que pesquise o tema é quase que um milagre dentro da universidade. Inclusive, eu participo de um grupo do WhatsApp de uma galera que começou a pesquisar do princípio mesmo.

Tem uma questão que também é bem marcante: o grupo tem pesquisadores de todo o campo, mas a maioria é antropólogo. Historiadores não sei ao certo, mas devem ter só uns cinco. Na Paraíba já tem uma pesquisadora, a Patrícia Goldfarb. Tem uma comunidade cigana forte lá que é a comunidade da cidade de Souza. Eu visitava muito essa comunidade, porque no período que eu trabalhei na Presidência da República tinha um centro que foi criado, o centro de cultura cigana, só que acabou não dando muito certo, ficou parado, virou meio que um elefante branco e minha gestão saiu e não conseguiu resolver quem iria dirigir o centro, porque existia também uma rivalidade lá no centro de dois grupos calons que vivem no rancho. Minha gestão saiu e eu não sei como é que as outras duas gestões começaram a lidar com isso.

**BJ: Com relação à criação de políticas públicas para os *ciganos*: quando você atuava nesses órgãos havia uma perspectiva de gênero para pensar políticas que contemplassem as demandas da mulher cigana?**

Havia, até por causa da Miriam Stanescon. Apesar de ela ser da etnia rom<sup>7</sup> dos ciganos e a realidade dessa etnia é diferente da calon. Então existia sim uma preocupação com a questão da saúde, das mulheres ciganas serem atendidas por homens no SUS porque se for, elas não vão, elas se recusam a ir.<sup>8</sup> Então na época

nós fazíamos uma discussão grande com o Ministério da Saúde para ver a possibilidade de as ciganas serem atendidas por mulheres. Outra preocupação grande era a discussão que se fazia com o MEC sobre a presença de mulheres nas escolas. Chegou-se em alguns momentos a se pensar em escolas itinerantes ou professores que fossem para a comunidade para dar a possibilidade dessas mulheres avançarem nos estudos e não pararem num nível. E uma série de outras discussões sobre direitos humanos também aconteciam.

Quando eu trabalhei na Secretaria de Igualdade Racial daqui da Bahia, eu comecei a movimentar também essa discussão dos ciganos – e hoje falo com muita tranquilidade – o gestor que hoje está lá, o Cláudio Rodrigues reconhece que eu rompi um pouco porque existiam os conselheiros, mas na época estava muito parado. Os conselheiros estavam indo para muitas discussões, não viram avanços e pararam de ir. Então quando eu entrei, comecei a forçar para que eles voltassem, que estivessem presentes, porque se não estivessem presentes e, forçando, o governo não veria e iria achar que os ciganos não tinham necessidades e continuariam dando prioridade para quem estava lá cobrando. A gente percebe uma resistência muito grande em vários setores do governo e não só a nível federal, mas também estadual. Existem outras coisas para serem discutidas e existem outros grupos forçando essa discussão. Os ciganos, de fato, não forçavam tanto essa discussão. Claro que existem grupos que hoje que sim, ativistas como a própria Leda, o Jucelmo Dantas e o Zanata Dantas que estão sempre ali forçando. Mas existem outros que, quando percebem que não está andando, param. E a gente sabe que exigir políticas públicas é um processo contínuo.

---

anos de 2005 e 2009 houve a presença de representantes de ONGs *ciganas*. Das inúmeras propostas apresentadas pelos seus representantes, duas tratavam especificamente da saúde e educação da mulher cigana: [...] (A10)33. Garantir a presença de ginecologistas mulheres nas unidades móveis, para que as mulheres *ciganas* possam realizar seus exames preventivos e de pré-natal sem criar constrangimentos dentro de suas comunidades (MOONEN, 2013, p. 171).

<sup>7</sup> A pesquisadora se refere tanto à realidade de costumes, quanto à realidade econômica. A etnia rom, também presente no Brasil, costuma apresentar grupos de *ciganos* mais abastados, já a etnia calon é a mais empobrecida, sendo também a que mais sofre discriminações.

<sup>8</sup> Nas duas primeiras Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR, realizadas no Brasil nos

**BJ: Você acredita que o fato da Leda e do Jucelho serem mais presentes no ativismo tenha a ver, por exemplo, com fato de eles terem avançado mais na educação formal, terem até certo ponto uma consciência política que o espaço educacional possibilita ou você acredita que esse ativismo é anterior a qualquer formação institucional ?**

CLR: Eu acredito que é anterior a qualquer coisa mesmo. É algo de ter mesmo esse sentimento. O Zanata, por exemplo, é um ativista que não teve essa linha acadêmica, de seguir a academia, mas que tem esse papel de liderança, de ativismo, de correr atrás dos direitos.

**BJ: Nos dois últimos eventos em maio sobre os ciganos aqui em Salvador você estava presente e chegou a mencionar uma ascendência sua com os ciganos. Você pode falar mais sobre isso?**

CL: É engraçado, quando eu chegava nas lojas para conversar com os ciganos eles falavam que o sangue terminou chamando. Eu nunca imaginei que iria estudar os ciganos na minha vida. Eu tinha muito interesse em saber da história do meu bisavô, porque ele era português e minha mãe sempre falou muito pouco dele, até porque ela era muito pequena e não soube muita coisa. Eu fui numa reunião da família dela e foi um reencontro de primos que não se viam há muito tempo. E nessa reunião ninguém sabia que eu pesquisava os ciganos. Conversando, eu quis saber sobre esse meu bisavô através de um dos primos da minha mãe que tinha morado com ele e minha bisavó. E daí ele me disse que a minha bisavó era filha de um cigano de Esplanada – Bahia. Eu disse “como assim?? Para tudo porque eu estou estudando esse tema!” Eu chego a me arrepiar quando eu falo porque é algo muito forte. Eu já estava no final da pesquisa de doutorado, prestes a defender e ele me conta que minha bisavó era filha de um cigano de Esplanada com uma africana.

Minha mãe, que inclusive sempre me deu muita força durante a pesquisa e certa vez ela chegou até a ir nos arquivos pesquisar documentos pra mim, sempre me contava que essa minha bisavó tinha uns pentes que ela usava no cabelo, mas era algo que ela comentava sem saber exatamente que era da cultura cigana, porque ela

era muito pequena quando conviveu com a minha bisavó. E saber disso foi muito legal, porque quando é que eu iria imaginar que a minha família tinha uma ascendência cigana? Meu primo chegou a comentar que minha bisavó chegou a ir umas duas vezes visitar o pai em Esplanada quando ele já estava perto de morrer e juntou todos os filhos. Eu até pensei na possibilidade de pesquisar sobre ele, saber de fato de onde ele vinha, só que a correria da vida terminou me empatando. A partir do documento da minha bisavó eu iria ver se encontrava alguma coisa, mas eu terminei não dando continuidade, mas quem sabe lá na frente eu venha fazer uma pesquisa sobre o tema.

Foi muito bom porque para mim isso meio que explicou essa relação que eu passei a ter com os ciganos, porque eu entrei no tema do nada. As pessoas não queriam trabalhar com os ciganos na secretária do governo federal. Era muito mais viável trabalhar com os quilombolas e os indígenas, que era a discussão maior da época, do que trabalhar com os ciganos. Apesar de ser uma discussão que foi inserida na primeira Conferência de Direitos Humanos, temos que reconhecer que ela começa a ganhar corpo e peso a partir do governo do PT, quando é estabelecida a Secretaria de Igualdade Racial da Presidência da República, com os conselhos de políticas públicas de povos e comunidades tradicionais.

Eu fiz esse mergulho muito de peito aberto, querendo mesmo saber tudo porque confesso que cheguei no tema com os preconceitos e estereótipos que a gente tem na sociedade de que cigano é ladrão, que rouba crianças etc. Na sociedade a maioria cresce acreditando nisso. Terminei a pesquisa me tornando ativista, pode-se dizer, porque em qualquer secretaria que eu for eu tento de alguma forma puxar a discussão para a questão cigana. É algo muito natural, não é forçado, pensando que eu vá ganhar algo em troca. Eu sinto uma necessidade de ver esse grupo sendo beneficiário das políticas. E é o que os ciganos dizem: “o sangue chamou”.

**BJ: E sobre o culto de alguns grupos à Santa Sara Kali?**

CL: Alguns grupos de ciganos desconhecem esse culto, principalmente do Nordeste, que tem uma relação

muito mais com Nossa Senhora Aparecida ou Padre Cícero. Vemos o culto mais no Rio de Janeiro. Conforme eu fui pesquisando eu fui vendo que era algo muito específico da região.

**BJ: Os ciganos, ao contrário do que muitos pensam por conta do misticismo atribuído a esse grupo, não têm uma religião própria. Lendo alguns pesquisadores, eles apontam um crescimento no Brasil de ciganos convertidos na religião evangélica, reflexo também de uma mudança que está ocorrendo no Brasil já há alguns anos, onde antes o número de brasileiros que se declaravam católicos era mais expressivo. Qual a sua visão?**

Como pesquisadora que está de fora vendo, existe algo interessante que eu percebo entre os ciganos evangélicos que, por mais que eles sejam evangélicos, eles não abrem mão da tradição. Isso é muito interessante, porque diferente das comunidades negras, que abrem completamente mão das suas tradições ao ponto de vermos muitas comunidades que passam a perseguir terreiros de candomblé, a quebrar todas as suas imagens e não terem mais a tradição que se tinha de se fazer um caruru, os ciganos não abrem mão da tradição. Mas existe uma explicação histórica para isso sobre a população negra. Durante todo o processo histórico a gente sempre foi direcionado a abrir mão da nossa identidade. Já os ciganos, pelo tempo que eu venho pesquisando e observando o grupo – agora em outubro fará dez anos – eu vejo que eles não abrem. Até porque, se a gente for fazer uma análise mais minuciosa, a tradição cigana ainda é muito machista, nós temos que ser muito sinceros em relação a isso. Apesar de você ver uma discussão de que é a mulher cigana que segura o dinheiro, de ser uma mulher que está ali na administração da casa, ela ainda é uma mulher que se submete ao seu marido. Ele continua sendo o que sai para trabalhar, que sai para negociar e ela é aquela figura que vai ficar em casa cuidando dos filhos e da casa.

**BJ: Bem definida a divisão sexual do trabalho, quem vai para a esfera pública e quem fica na esfera privada.**

CLR: Exato. Eu já vi um depoimento de uma cigana mais velha de Camaçari, quando ela foi questionada

em uma palestra sobre a situação de submissão e de violência. Ela fez um depoimento caloroso e muito emocionante, afirmando que não, que para ela era bom, que ela gostava de viver aquela vida. Diferentemente do que a menina que fez a pergunta na plateia quis colocar, com aquele peso na situação. Não era daquela forma que aquela cigana via. Eu penso que por mais que eu, Cassi, mulher e feminista, veja aquela relação como uma relação de abuso, eu tenho que respeitar aquela cultura onde têm mulheres que não se veem numa relação de abuso. Eu não posso pegar a minha vivência, a minha discussão política de militância e tentar enquadrar alguns grupos nessa minha visão. Conclusão: ela disse que se via bem e que as pessoas precisavam parar de fazer aquela discussão. Só que, ao mesmo tempo, você vê mulheres como a Leda, que apesar de ser evangélica, quebra com esse processo. Porque ela sai da tradição, ela se casa com um não cigano, ela estuda. Como ela falou naquele último encontro, por ter feito essas coisas ela passa por uma situação que nós, mulheres também acabamos enfrentando: ela causa medo nos homens ciganos por isso, até para eles se aproximarem dela para ter uma relação de casamento. Então ao mesmo tempo que ela é evangélica, ela quebra com essa submissão, que a própria religião evangélica coloca a mulher, de que a mulher tem que servir ao marido. Um outro exemplo é Adriana, que também é cigana e prima da Leda, que também tem o ativismo, mas é o ativismo dessa mulher que aceita aquela situação... bem, não é que aceite, mas que vê aquilo ali como normal. Eu não vou falar como se fosse “aceitar” porque sou eu que tenho uma outra visão dizendo que ela aceita, mas na cabeça dela aquela situação é normal. Ela vive para o marido e para os filhos, mas também tem o ativismo. Ela não pôde vir no último encontro sobre a cultura cigana. Eu queria ter feito essa discussão com essas duas mulheres ciganas que vivem realidades diferentes. A Leda que quebrou com a tradição e a Adriana que permanece na tradição, mas que de certa forma tem uma voz dentro do processo. A Leda, por exemplo, não tem filhos, ela deve ter quase trinta anos. Dentro da tradição cigana em que as mulheres casam com treze, catorze anos, ela já está velha, entre aspas, para casar.

**Entrevista com Leda Oliveira Cruz - cigana da etnia Calon, bombeira civil e graduanda em Direito - 16 de julho 2019 – Salvador – Bahia**

**BJ: Primeiramente eu quero agradecer por você ter me recebido nesse contexto de hospital, sendo muito solícita em contribuir com a minha pesquisa. Muito obrigada mesmo. Bom, gostaria que você falasse um pouco da sua história, de qual comunidade você vem, da sua trajetória e sobre os rompimentos que você fez com alguns aspectos da tradição cigana.**

LO: Bom, eu me chamo Leda Oliveira Cruz, sou da etnia Calon e consegui estudar com muita dificuldade. A princípio, a família foi bastante relutante, não aceitava. Mas a minha mãe sempre lutou, sempre insistiu que eu precisava estudar e meus dois irmãos também, e eu consegui estudar com muito esforço, porque eu não admitia perder de ano, eu não admitia notas vermelhas, porque eu achava que era um fracasso meu. Eu sempre fui muito persistente nesse sentido, fui angariando material de conhecimento mesmo, comecei a trabalhar também, estudei a segurança do trabalho, fiz o curso de bombeira civil. Então além de segurança do trabalho, eu sou formada em bombeira civil, especializada em resgate em altura e espaço confinado, que é a minha paixão.

Hoje estudo Direito na faculdade Maurício de Nassau, em Lauro de Freitas. No final desse ano concluo e já pretendo emendar, fazer uma pós-graduação e ir mais adiante, não pretendo parar por aqui. Eu quero fazer concurso, porque mais títulos valem muito nessas horas. E mais por conhecimento, que é importantíssimo. Eu ainda não decidi se futuramente prestarei concurso para delegada ou juíza.

**BJ: O seu primeiro acesso ao espaço escolar se deu no tempo previsto?**

LO: Eu comecei já tarde, na verdade, por conta das mudanças. A gente mudava muito, ainda éramos nômades, não estávamos sedentários ainda. Então por mudar muito, eu entrava na escola e logo tinha que sair, não dava continuidade. E era sempre um sofrimento para mim, quando tinha que sair era

terrível. Eu gostava de estudar, tinha o sonho de estudar e via aquele sonho ser interrompido.

**BJ: Dos filhos você é a única mulher?**

LO: Tenho mais dois irmãos homens.

**BJ: Eles deram continuidade aos estudos também?**

LO: Só o Átila, ele concluiu o ensino médio, mas também parou como os outros, por escolha própria.

**BJ: Com relação ao espaço escolar, como foi a sua inserção? Você sempre colocou de qual etnia você era? Se sim, como era a recepção dos professores? Você já chegou a sentir algum preconceito nesse espaço? E também ao longo da sua graduação em Direito, como foi até aqui com professores e colegas?**

LO: Eu particularmente não senti com os professores, eles eram bastante receptivos. Agora, na época do ensino fundamental eu enfrentei muito preconceito por parte dos coleguinhas. Na graduação em Direito desde o começo todos souberam. Sempre foi tranquilo, só ficava aquela coisa de “nossa, uma cigana! É a primeira vez que eu vejo”. Porque é difícil a gente ver mesmo uma cigana ir estudar e levar até o fim, principalmente na minha família. Na minha família eu vou ser a primeira. Os professores ficavam sabendo porque eu ia vestida mesmo, e eles sempre foram muito simpáticos e gostam mesmo da cultura.

**BJ: Em todos os espaços você usa os vestidos típicos da sua tradição?**

LO: Sim, faço questão.

**BJ: Na infância, você já frequentava a escola com os vestidos?**

LO: Pelo fato de ainda ser criança, usava a roupa comum. Só depois que vai ficando mocinha é que a gente começa a usar os vestidos, por obrigação mesmo.

**BJ: Tinha alguma disciplina que você gostava mais?**

LO: Português (*entrevistada responde de prontidão e de forma entusiasmada*) e também Geografia, sempre gostei muito.

**BJ: Em relação ao curso de bombeira civil que você fez, como se deu a escolha?**

LO: Eu sempre gostei. Eu ajudava um amigo que era dono de uma escola de formação de técnicos de segurança do trabalho. Ele ministrava os cursos de bombeiro civil. Como eu sempre estava o ajudando como monitora, um dia resolvi fazer o curso para ter o certificado e me profissionalizar mesmo na área. Eu fiz o curso, trabalhei e me apaixonei. Então eu vi que não errei.

**BJ: Com base em leituras de pesquisas, pude notar que, de um modo geral, um dos valores culturais observado entre os calons era com relação ao atendimento médico nos hospitais e a restrição de que as calins só poderiam ser atendidas por médicas ginecologistas, sendo proibido o atendimento por médicos. Você segue esse valor?**

LO: Não, para mim é muito tranquilo. Eu vejo o lado profissional, o vejo como um profissional e eu preciso do trabalho dele. Eu vejo dessa forma, para mim é tranquilo.

**BJ: E na sua comunidade ou na sua família, as ciganas seguem esse valor de não serem atendidas por médicos homens nos hospitais?**

LO: Algumas sim, mas é mais pela vergonha mesmo, se sentem constrangidas.

**BJ: No encontro que houve no último dia 24 de maio em comemoração ao Dia Nacional do Cigano, que ocorreu no Centro de Culturas Populares e Identitárias aqui em Salvador, perguntaram na plateia sobre o que os homens *ciganos* da sua comunidade achavam de você por ter rompido com alguns aspectos da tradição, como por exemplo prolongar os estudos e ter se casado com um não *cigano*. Como é a sua relação com eles na comunidade em Camaçari?**

LO: Eles têm um preconceito disfarçado, acham que a mulher tem que ser totalmente submissa e eu não sou mais assim. Isso gera um desconforto para eles. Com as mulheres a minha relação é tranquila. Com os homens também, mas sempre tem aqueles que têm aquela sensação de que eu sou “muito pra frente”. Tem

os parentes, os primos, nós nos falamos de forma tranquila, estes não têm essa visão, porque já me conhecem, são mais próximos.

**BJ: Em relação ao seu casamento com um não *cigano*, você poderia falar um pouco sobre isso?**

LO: Sim, sim. Há um tempo atrás, depois de já ter concluído o ensino médio, eu acabei me casando com uma pessoa que não era da etnia. Mas não deu certo, nós nos separamos e a vida continua.

**BJ: Como a sua família lidou com a sua escolha por ser casar com um não *cigano*?**

A família relutou muito. Passamos um bom tempo sem nos falarmos por causa disso. Voltamos a nos falar depois de três anos.

**BJ: Você ainda era casada com ele quando você e a sua família voltaram a se falar?**

Sim, eu ainda era casada. Família bastante relutante, né? Minha mãe ainda era viva nessa época.

**BJ: Se você se casa com um não *cigano* ou um *cigano* se casa com uma não *cigana*, estas pessoas se tornam *ciganas*?**

LO: Não. Podem aderir aos costumes, viver como se fossem. A questão de ser *cigano* ou não é uma coisa de nascença, não se transforma. Inclusive, muitas vezes a gente ouve pessoas que usam o termo “*cigano*” para poderem se aproveitar das pessoas, como alguns centros religiosos com pessoas que são chamadas de *ciganas*. Não são. Muitas vezes até sujam a imagem da população *cigana* porque usam o termo para fazerem falcatruas, sujeiras mesmo.

**BJ: Você falando isso, me fez pensar em um dos aspectos da tradição *cigana* que exerce um certo fascínio e curiosidade das pessoas, que são as práticas divinatórias (cartomancia, quiromancia). Essa tradição continua?**

LO: Alguns têm o dom e outros, não. Hoje não se tem tanto. Às vezes algumas *ciganas* fazem isso para terem um sustento, para poderem se manter, não que ela faça para seguir a tradição. Mas tem casos sim que elas têm o dom, mas fazem para ganhar dinheiro.

**BJ: Essa prática foi ensinada para você?**

LO: Não, depende do dom mesmo.

**Pausa na entrevista:** nesse momento a entrevistada me pede para ver um livro que estava no meu colo. Disse que estava de olho já há algum tempo e super curiosa, pois a capa lhe era familiar. O livro em questão estava parcialmente encoberto por um caderno de anotações da pesquisa. Na capa, a ilustração de uma roda, que é o símbolo da cultura *cigana*, e as cores da bandeira dos povos *ciganos*. Trata-se da obra “Ciganidade e Educação Escolar: Saber Tradicional e Conflito Étnico” dos autores Lenilda Damasceno Perpétuo e Erlando da Silva Rêses. Este último fez uma dedicatória para mim no livro, que foi recebido recentemente em um evento em Salvador ao qual eu não estive presente. Uma colega da pós-graduação mencionou a minha pesquisa e ganhou o livro. A entrevistada folheia o livro com curiosidade e um sorriso no rosto. Identifica uma passagem em que a AMSK (Associação Mailê Sara Kalí) dos povos *ciganos* no Brasil é citada no livro e diz que minutos antes de começarmos a entrevista estava conversando no celular com a Elisa, sua amiga e uma das componentes da associação.

**BJ: Eu sei que você é evangélica. Mais alguém da sua família é?**

A minha família é evangélica, mas na minha comunidade prevalece bastante o catolicismo.

**BJ: Com esses rompimentos que você fez com a tradição, por ter escolhido não se casar no tempo previsto, de prosseguir com a educação formal e somado ao seu ativismo, você se considera feminista?**

“Feminista” eu acho que seria muito taxativo, eu prefiro não usar. Eu luto por justiça, independente de ser homem ou mulher. Aquele que eu vejo que necessita, eu vou buscar, eu vou ajudar. A questão da mulher é mais pelo fato de elas serem mais fragilizadas, não necessariamente de ser só pelas mulheres.

**BJ: Como as outras *ciganas* da comunidade em Camaçari te veem por você ter dado continuidade aos estudos formais?**

LO: Normalmente são as minhas parentes. Muitas gostam de ver, dão apoio. Elas dizem “isso mesmo, Ledinha, estude”. Já quiseram continuar a estudar também, mas não foram adiante porque a família colocou barreiras. Além de terem se casado cedo, o que torna uma barreira ainda maior, porque se os pais não deixavam, o marido muito menos.

**BJ: E os homens *ciganos* podem estudar?**

Os homens podem, mas não querem. Quem pode não quer e quem quer não pode, é bem assim.

**BJ: E para finalizar, a gente sabe que existe uma lacuna muito grande ainda de pesquisas com as comunidades *ciganas* no Brasil. Gostaria que você falasse um pouco sobre isso.**

Sim, nós fazemos parte da história do Brasil, inclusive chegamos aqui antes mesmo dos negros e isso ninguém fala, mas nós já estávamos aqui. Digamos que passaram uma borracha para tentar esquecer ou esconder. Mas não teve jeito, ficou lá o borrãozinho e deu para enxergar. Eu acho importante dizer, porque se a gente não fizer isso, as pessoas vão passar a vida inteira só ouvindo o que falam e muitas mentiras. A gente vai ficar calado sem poder dizer que não, que isso não é assim? Então a gente precisa deixar registros que falem o que de fato é real. Para que seja visto o outro lado da história, porque ouvir uma história manipulada, com preconceitos, não tem como você não acreditar nessas histórias se você não conhece o outro lado, uma outra versão da história. Por isso eu acho importante a gente bater o pé e falar mesmo, fazer ser conhecido o outro lado.

**Referências bibliográficas:**

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017.

CAMPOS, Juliana M. Soares. *O nascimento da esposa: movimento, casamento e gênero entre os calons mineiros*. Tese (Doutorado em Antropologia). Belo Horizonte: UFMG, 2020.

DORNAS FILHO, João. 1948. “*Os ciganos em Minas Gerais*”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Vol. 3, Belo Horizonte, p. 138-187.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 1884. 3 ed. Trad. Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERRARI, Florencia. *Um olhar oblíquo: contribuições para o imaginário ocidental sobre ciganos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: USP, 2002.

\_\_\_\_\_. *O mundo passa: uma etnografia dos calon e suas relações com os brasileiros*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: USP, 2010.

LEÓN, Magdalena de. “*Relaciones de las mujeres con el poder*” (comp.), *Poder y Empoderamiento de las Mujeres*. Bogotá, Coedición del Tercer Mundo Editores, Fondo de Documentación Mujer Y Genero de la Universidad Nacional de Colombia. 1997.

LERNER, Gerda. *A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUKES, S. *Power: A Radical View*. London: Mcmillan, 1974.

OPREA, Alexandra. *Re-envisioning Social Justice from the Ground-Up: Including the Experience of Romani Women*. *Essex Human Rights Review*, v. 1, n. 1, p. 29-39, 2004.

SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.